

# IMPrensa NO OESTE DE SANTA CATARINA: UM DISCURSO EM PROL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA AS CRIANÇAS DURANTE O ESTADO NOVO

PRESS IN THE WEST OF SANTA CATARINA: A SPEECH IN FAVOR OF CHILDREN'S PUBLIC EDUCATION FOR CHILDREN DURING THE NEW STATE

PRENSA EN EL OESTE DE SANTA CATARINA: UN DISCURSO EN PROL DE LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA PARA LOS NIÑOS DURANTE EL ESTADO NUEVO

**Aline Fatima Lazarotto**  
alinel@unochapeco.edu.br

**Silvia Maria Fávero Arend**  
smfarend@gmail.com

## REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

**Como referenciar este artigo:** LAZAROTTO, A. F.; AREND, S. M. F. Imprensa no Oeste de Santa Catarina: um Discurso em ProL da Instrução Pública para as Crianças Durante o Estado Novo. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 248-266, set./dez.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v20i45.4470>

**RESUMO:** A imprensa desempenhou um papel importante no processo de introdução da população infanto-juvenil na escola pública na região oeste do estado de Santa Catarina, no século XX. Este artigo objetiva analisar as notícias veiculadas pelo primeiro jornal publicado nessa região do estado de Santa Catarina – *A Voz de Chapecó* –, no período entre 1939 e 1941, sobre a escolarização da infância. O jornal, num conjunto de reportagens, divulgou o discurso oficial do governo do estado de Santa Catarina sobre a necessidade de implementar a instrução pública na região e no período, bem como sobre as características que deveriam nortear a educação intelectual e moral das crianças.

**Palavras-chave:** Imprensa. Infância. Escola. Santa Catarina.

**RESUMEN:** La prensa desempeñó un papel importante en el proceso de introducción de la población infanto-juvenil en la escuela pública en la región oeste del estado de Santa Catarina en el siglo XX. Este artículo objetiva analizar las noticias transmitidas por el primer periódico publicado en esa región del estado de Santa Catarina – *A Voz de Chapecó* –, en el período entre 1939 y 1941, sobre la escolarización de la infancia. El diario, en un

conjunto de reportajes, divulgó el discurso oficial del gobierno del estado de Santa Catarina sobre la necesidad de implementar la instrucción pública en la región y en el período, así como sobre las características que deberían orientar la educación intelectual y moral de los niños.

**Palabras clave:** Prensa. La infancia. Escuela. Santa Catarina.

**ABSTRACT:** The press played an important role in the process of introducing children into the public school in the western region of Santa Catarina state in the twentieth century. This article aims to analyze the News published by the first newspaper issued in that region of Santa Catarina, - *A Voz de Chapecó*-, during 1939 and 1941, about the schooling of children. In a set of reports the newspaper disclosed the Santa Catarina government's official speech on the need to implement public education in the region and in the period, as well as on the characteristics that should guide the children's moral and intellectual education.

**Keywords:** Press. Childhood. School. Santa Catarina state.

## INTRODUÇÃO

Os estudos em torno da história da educação da infância brasileira são norteadores deste artigo, que busca, por meio da imprensa, refletir como, em conformidade com um projeto político, a criança será considerada o elemento central na garantia de um futuro que tinha no horizonte a civilização e o progresso. Pretende-se caracterizar a maneira como o projeto de escolarização da infância era apresentado no discurso jornalístico da região oeste do estado de Santa Catarina durante o regime do Estado Novo (1937-1941).

Ao problematizar a campanha em prol da escolarização da infância enunciada pelo jornal *A Voz de Chapecó*, no período de 1939-1941, tentar-se-á, seguindo Faria Filho e Sales (2002, p. 245), destacar a relação entre os processos de escolarização e a produção da moderna concepção de infância nas sociedades ao longo deste período. Deste modo, não somente com o objetivo de moldar as crianças aos preceitos da sociedade moderna no início do século XX, mas como seu propósito principal, o fenômeno da escolarização ganhou grandes proporções. Para os referidos autores, “[...] a ação escolar fez-se sentir além de seus ‘muros’, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais.” (FARIA FILHO; SALES, 2002, p. 246).

Carvalho (2016, p. 396), em sua pesquisa sobre as práticas discursivas que se espalharam nas quatro primeiras décadas do século XX, no Brasil, em torno da criança, aponta para a necessidade dos estudos sobre a história da educação estarem atentos à pluralidade das práticas discursivas que fixaram a infância como objeto de intervenção disciplinar. Nesta direção, procura-se analisar como as matérias jornalísticas podem ter servido para reproduzir e produzir discursos sobre as crianças (PONTE, 2005, p. 60), elaborando uma noção de infância que na sociedade brasileira durante o século XX se considerava ideal.

De acordo com Cunningham (1998), diferentes saberes e práticas contribuíram para legitimar a produção dos indivíduos na modernidade. Tal produção associava, em sua gênese, a ideia de civilização e progresso. Para o autor, essa ideia constituiu um ideal difundido a partir das principais nações europeias, especialmente no século XIX e início do XX, para as regiões do globo consideradas atrasadas (América do Sul e Central, Ásia e África). Nessa perspectiva, a extensão dos saberes necessários para fazer da criança o/a cidadão/ã modernizado/a dependia, em grande medida, da escola.

O *corpus* documental selecionado para a construção deste artigo foi a imprensa escrita. A imprensa é, talvez, uma das fontes documentais mais indicadas para a produção de narrativas acerca do universo infanto-juvenil, pois propicia a identificação dos diferentes discursos

enunciados em uma sociedade em determinado espaço e tempo (DARNTON, 1996). Relativamente ao foco central do artigo – uma História da infância em Chapecó –, dela nos valem por apresentar, na medida do possível, as tensões sociais e políticas no tempo (1939-1941) e no espaço (região) referidos.

No campo da História da Educação, a utilização da imprensa como fonte de investigação possibilita identificar as tensões existentes no contexto social em geral, marcadas pelo processo educacional. Conforme destaca Nóvoa (1997), é o melhor meio para apreender a multiplicidade de discursos presente no campo educativo. Portanto, é um fértil campo para análise historiográfica, porque se caracteriza como veículo portador de discursos, o que permite visualizar os debates que perpassam as relações sociais.

Conforme afirma Bastos (2002), a imprensa cria um espaço público por meio do seu discurso – social e simbólico –, agindo como mediadora cultural. Por outro lado, Faria Filho e Sales (2002) apontam a faceta educativa da atividade jornalística como estratégia utilizada pelos diferentes agentes sociais na conformação do campo pedagógico. Assim, ler os discursos expressos nos jornais permite acompanhar as ideias que circulavam à época e podem revelar a complexidade das lutas sociais de então: um documento que pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas as relações a serem desvendadas (CAPELATO, 1988).

No que tange aos processos de escolarização e sua relação com a construção da infância brasileira, autores como Silva (2015) e Anjos (2016), em particular, mostram como a imprensa periódica impôs uma determinada representação social de criança e jovem, e sua relação com o processo de modernização educacional implantado nos séculos XIX e XX. Abrantes (2009), ao analisar jornais da imprensa portuguesa no período de 2005, destaca os enfoques sobre o tema da educação de crianças/jovens. Conforme sua relação, o assunto se apresenta, com frequência, qualificado como: assunto “nobre”; tema público; fenômeno nacional; arena política; terreno de opinião; campo em que os protagonistas locais são menosprezados (ABRANTES, 2009, p. 116).

Para direcionar o olhar para os discursos enunciados pela imprensa do oeste catarinense entre 1939 e 1941, amparou-se nas contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault. A orientação teórica possibilitou problematizar os discursos produzidos, deixando-os aparecer na complexidade que lhes é peculiar, tentando percebê-lo a partir de suas relações históricas, bem como, compreender que se produzem em razão das relações de poder e saber (FISCHER, 2001).

O que buscamos neste artigo é analisar os discursos como um jogo demarcado por regras que se caracterizam, primeiramente, como relações de poder e saber, entre si interligadas; em seguida, desenhar as suas discontinuidades; destacar as séries de acontecimentos sucessivos e

suas condições de possibilidade. Sobretudo, pretendemos estabelecer “[...] as séries diversas, entrecruzadas, muitas vezes divergentes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição.” (FOUCAULT, 2014, p. 53).

Como afirma Foucault:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10).

O jornal *A Voz de Chapecó* foi fundado pelo coronel Ernesto Bertaso e pelo juiz Selistre de Campos<sup>1</sup>; tinha como editor chefe o advogado Vicente Cunha, todos representantes da elite local. Criado durante o período do Estado Novo, o primeiro jornal que circulou no município de Chapecó foi encerrado em setembro de 1941 e só retomou suas atividades em 1946, agora como periódico do Partido Social Democrático (PSD), mantidos o quadro e a estrutura anteriores, ou seja, os fundadores, os diretores e os proprietários do semanário.<sup>2</sup> O recorte temporal deste artigo, delimitado entre maio de 1939, data da primeira edição *A Voz de Chapecó*, e setembro de 1941, deve-se ao fato de que o jornal circulou apenas dois anos após a sua criação, totalizando pouco mais de 24 meses. Para este artigo, foi possível coletar informações em 91 edições do semanário, totalizando 46 matérias direcionadas à necessidade de instrução pública na região. Com títulos em negrito e textos que ganhavam a capa do jornal, há indícios de que a vinda da instrução pública para oeste fosse pauta importante nos discursos desse veículo.<sup>3</sup>

Um jornal que circulava aos domingos, com quatro folhas, uma assinatura anual que custava Cr\$ 12,00, era direcionado a homens simples, não letrados e aos que não tinham acesso aos grandes jornais do estado. O modesto semanário buscava servir aos altos interesses do município, do estado e do Brasil, tentando despertar nos moços o gosto pela leitura. Com letras miúdas, a primeira capa já mencionava: “Sustentamos o regime político da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, porque entendemos ser no momento a garantia da Segurança Nacional”<sup>4</sup>, caracterizando seu apoio ao projeto político instaurado no momento.

Os dois anos de circulação do jornal *A Voz de Chapecó* foram suficientes para lançar o território do oeste do estado de Santa Catarina no cenário estadual e nacional. As transformações que ocorreram a partir de meados da

1 O coronel Ernesto Bertaso foi um dos primeiros coronéis a colonizar os territórios do Oeste e instalou sua sede na Vila Passos dos índios atual município de Chapecó. Desde o início do processo de colonização exerceu poder sobre as esferas políticas e econômicas, num processo de disputas territoriais que culminaram na efetivação de sua hegemonia. Selistre de Campos atuou como juiz em Chapecó, vindo transferido após a revolução de 30. Como destaca Hass (2001, p. 94), Selistre “[...] se destacaria na região, por sua liderança na comunidade local”. A respeito ver: HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local*. Chapecó: Argos, 2001.

2 O conceito de elite ampara-se na contribuição de Bobbio (1997, p. 385), que a define como a “[...] teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada.”

3 O acervo do jornal *A Voz de Chapecó* encontra-se sob a guarda do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM/Unochapecó), localizado na cidade de Chapecó. Para maiores informações sobre o periódico, ver: <<https://www.unochapeco.edu.br/ceom>>.

4 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 1. ed., 3 maios 1939. Texto: Nossa ação (na capa).

década de 1940 foram de grande importância para sociedade chapecoense. O município, até então rodeado de vegetação, com ruas de chão batido, casas e casarões de madeira, sem energia elétrica, transformou-se, a partir desse período, lentamente, em um polo econômico regional (PETROLI, 2008). Os discursos proferidos pelos donos do jornal no período desses dois anos foram, possivelmente, relevantes para a difusão das políticas estabelecidas pelo governo de Getúlio Vargas, como será demonstrado a seguir.

## DA NECESSIDADE DE ESCOLAS PÚBLICAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

A falta de estradas e a mata fechada que cobria a pequena vila de poucos habitantes no oeste catarinense impedia que os governantes fizessem chegar àquela terra as práticas e os valores da civilização implementados paulatinamente na capital do estado de Santa Catarina na década de 1930 (AREND, 2011). Ancorados no projeto de modernizar o Estado brasileiro com base na política ditatorial estabelecida em 1937, e movidos pelo desejo de transformar um território visto como uma espécie de “faroeste” do cinema norte-americano em uma cidade moderna, a elite do município de Chapecó, composta por madeireiros e comerciantes, fez-se ouvir por meio da imprensa, na década de 1940.

Em 18 de junho de 1939, atentos às notícias dos jornais do estado de Santa Catarina – *A Notícia* (Joinville), *Jornal de Santa Catharina* (Blumenau) e *O Estado* (Florianópolis) –, que expunham os projetos vinculados à instrução escolar, como a seleção dos melhores grupos escolares e dos professores e professoras normalistas mais qualificados, *A Voz de Chapecó* se perguntava por que motivos as escolas do oeste ainda continuavam abandonadas e os professores, submetidos a atrasos salariais.<sup>5</sup> O jornal afirmava: “[...] que valerá dizer, por um jornalzinho como o nosso, que o professorado primário interino, deste município, não recebe os vencimentos que de direito lhe cabe?” (*A Voz de Chapecó*, Estradas e Escolas, 18 maio 1939)<sup>6</sup>.

Desde suas primeiras edições, a campanha em prol da instalação de grupos escolares de caráter público, na região, foi incessante. Entre maio de 1939, mês da primeira edição, até setembro de 1941, quando o jornal deixou de circular, quase todas as edições fizeram algum tipo de menção à implementação do ensino público.<sup>7</sup> Este movimento acompanhava a política implantada por Getúlio Vargas no fim da década de 1930, que via na educação escolar da criança a possibilidade de reconstruir a nação. Como destaca Vasconcellos (2009), a educação escolar era vista como um importante fator de transformação social, devendo ter um caráter essencialmente nacionalista. Os discursos de diferentes intelectuais, ligados ou não ao governo, foram dispositivos para disseminar um projeto que tinha como foco a “[...] regeneração social através das crianças” (VASCONCELLOS, 2009, p. 144).

5 Na década de 1930 a situação da educação no oeste catarinense era precária. As escolas funcionavam em casas alugadas, faltavam professores e materiais. Mesmo com as dificuldades em 1939 o município contava com 81 escolas, sendo 46 estaduais e 35 municipais. Já em 1941 este número cai para 77, devido ao fechamento de algumas escolas estrangeiras pela política nacionalista implantada por Vargas. (MODESTI, 2011a). Como destaca Modesti (2011a), as escolas isoladas era o tipo predominante. Somente em 1942 é que começou a funcionar o primeiro *Grupo Escolar do município de Chapecó*. A respeito ver: MODESTI, Tatiana. *A escola pública primária em Chapecó (1930-1945)*. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011a.

6 Neste artigo, optou-se por manter a grafia original dos textos jornalísticos publicados no jornal *A Voz de Chapecó* entre 1939-1941.

7 Não se encontraram informações na bibliografia sobre as motivações que levaram o jornal *A Voz de Chapecó* a interromper sua circulação entre 1941 e 1946. Terá sido, possivelmente, a censura do regime ditatorial, conjugada à falta de matéria-prima (papel etc.). É importante lembrar que durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve racionamento de insumos de várias ordens no Brasil (FÁVERI, 2002).

Honorato (2009), ao analisar as instituições sociais na modernidade como fatores essenciais para o desenvolvimento do processo civilizatório, destaca que as instituições escolares se caracterizam como um dos importantes mecanismos de agregação social na história recente da sociedade ocidental. O autor sustenta que a escola, como instituição, foi um dos principais “caminhos” para formar o cidadão na modernidade. Honorato afirma o seguinte:

[...] como promotora de sociabilidad y unificadora de los diferentes, la institución escolar tiene la función de desarrollar habitus educacionales que equiparan a los individuos diferenciándolos. Al ser la institución escolar un todo de relaciones humanas transformadas en un ambiente que ratifica el ser como especie, ella se transforma en un mecanismo fundamental de sociabilidad y agregación social en el actual estadio de civilización moderno. Consecuentemente, sus mudanzas se relacionan a las de la sociedad que, desde una perspectiva de largo alcance, están íntimamente ligadas a los cambios de comportamientos, habitus y relaciones de poder de una civilización y, por lo tanto, a la estructura social y psíquica del hombre civilizado. (HONORATO, 2009, p. 113).

No oeste catarinense, estes discursos fizeram “eco” nas notícias do jornal *A Voz de Chapecó*. Apresentados em textos com títulos que evocavam “Nossas necessidades”, revelavam os interesses dos grupos locais mais poderosos no sentido de reconfigurar socialmente o território. As comparações entre cidades consideradas civilizadas e os avanços no que diz respeito à instalação de escolas públicas em outros municípios de Santa Catarina, e principalmente a comparação com a capital, Florianópolis, esteve presente em uma série de reportagens do jornal. Uma matéria afirmava o seguinte:

O Estado não pode deixar de manter e fundar escolas, nas cidades, vilas e povoados a margem das estradas, no coração silencioso das matas, pois no momento da angustia pela afronta a soberania da nação, não é certamente, às portas dos palácios de luxo ou dos fabulosos estabelecimentos onde impera a ambição e a riqueza, que a Pátria vai bater, exigindo desfronta pelas armas. A sua primeira direção no momento da angustia é para o campo, as matas, para as choupanas humildes, para o povo, a quem tudo se nega tantas vezes, e de quem exige nas emergências difíceis, porque ele é a célula *mater* a Pátria, é o fator inconsciente da riqueza pública e da defesa nacional. Ao Estado e ao Professorado cabem responsabilidades simples, mas extraordinárias e dignificadoras diante dos seus concidadãos e, muito mais ainda, perante a

Pátria. (*A Voz de Chapecó*, Educação intelectual infantil, 9 jul. 1939).

Renk (2006) afirma que o processo de colonização iniciado no início do século XX no oeste do estado de Santa Catarina, que tinha como protagonista os colonos descendentes de italianos, alemães e poloneses, entre outras etnias e nacionalidades, esbarrava na população posseira e considerada “brasileira” presente na região. Para a autora, os colonizadores tinham por objetivo impor a “ordem” para alcançar o denominado progresso. Nesse caso, a “ordem” pode ser entendida como a exclusão dos considerados brasileiros daquele território (RENK, 2006, p. 55).

Em 1940, o jornal *A Voz de Chapecó* informa que as famílias de “brasileiros”, pertencentes a empresas colonizadoras, que ocupavam territórios margeando o rio Uruguai, seriam desalojadas. O jornal exigia “providências” do governo estadual, capitaneado pelo interventor Nereu Ramos para esta situação em relação à população, descrita como pobre e analfabeta. Havia a indicação de que 39 famílias de “brasileiros” se encontravam naquela região, com aproximadamente 60 crianças em idade escolar. No discurso publicado pelo jornal, a inexistência de instituições de ensino público era associada ao expressivo número de crianças em idade escolar. Ao denunciar a situação dos considerados “brasileiros”, o jornal encaminhava a demanda por escolas públicas para a população infanto-juvenil da região.

A mobilização em prol da educação para todos, que caracterizou o movimento escolanovista no início do século XX, trouxe consigo um conjunto de afirmações sobre a população brasileira. Isto legitimava ações e práticas que objetivavam a racionalização da escola.<sup>8</sup> Monarcha (1989) reitera que a valorização da educação como intervenção e reordenação social foi disseminada por diferentes esferas do social. Sobre a Escola Nova, afirma o autor:

Nova percepção para o caos da cidade, o escolanovismo representou o ingresso do liberalismo brasileiro na modernidade capitalista. É atualização do poder, engendrada fora do Estado e dos seus aparelhos. Atualização produzida no interior da sociedade civil, através da atuação da comunidade de homens cultos que construíram um novo saber pedagógico, posteriormente incorporado pelo Estado, transformando-se em substrato de políticas públicas. (MONARCHA, 1989, p. 115).

Vidal (2016), ao caracterizar este movimento em âmbito educacional, destaca como o “projeto” da Escola Nova produziu diferentes enunciados sobre uma educação renovada, contrariando qualquer aspecto em referência ao modelo “tradicional”. Esta ruptura marca não só a formação de um novo discurso em torno da escola brasileira, mas de seu sentido frente à sociedade. Para a referida autora:

8 O escolanovismo foi um movimento educacional internacional que se desenvolveu nas décadas de 1920 e 1930 e reconfigurou as concepções de escola e de criança. No Brasil, educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo estiveram à frente deste movimento, que teve sua expressão no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* em 1932. De acordo com Carvalho (2002, p. 375), “[...] na pedagogia da educação nova se configura uma nova percepção dos corpos infantis e do potencial educativo das novas modalidades de organização do tempo e do espaço escolar.”

A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da psicologia experimental na compreensão ‘científica’ do humano, tomado na dimensão individual. (VIDAL, 2016, p. 498).

As relações étnico-raciais presentes nos discursos de abasileiramento da escola, no período em estudo, não somente se preocupavam com crianças estrangeiras; serviam igualmente de estratégia para “escolarizar” as crianças consideradas negras e mestiças, na tentativa de gerir essa população. Veiga (2000), ao analisar os pressupostos orientadores do movimento da Escola Nova, infere como, ao longo da História do Brasil, inúmeros foram os discursos que desqualificavam a população em razão de sua origem étnicoracial.

Entre maio de 1939 e setembro de 1941, encontram-se reportagens em aproximadamente 36 edições do jornal *A Voz de Chapecó*, a maior parte, na primeira página, sobre a necessidade da implementação de escolas públicas “brasileiras” na região oeste do Estado de Santa Catarina. A presença desse discurso, de forma frequente e destacada, no jornal está associada ao projeto político de Getúlio Vargas, que era de ofertar uma educação de caráter formal interligada ao projeto de nacionalização das populações descendentes de imigrantes. Esse projeto previa que as escolas consideradas estrangeiras fossem fechadas e que os filhos dos descendentes de imigrantes, sobretudo italianos e alemães, aprendessem a falar, a ler e a escrever na língua do Brasil, o português. Santos (2010) afirma que as escolas dos imigrantes foram vistas como ambientes de “desintegração”. Essas escolas precisavam ser convertidas em locais de aprendizado, gestação e irradiação de uma exaltação patriótica que tinha o Brasil e seus aspectos culturais como centro (SANTOS, 2010).

Lohn (1999) destaca que, no período do Estado Novo, o governo de Santa Catarina procurou realizar uma política conhecida como “ruralismo pedagógico”, atrelada a preocupações com a segurança nacional, política demográfica e à colonização da região. O movimento, conhecido como “*Marcha para o Oeste*”, pretendia garantir os interesses hegemônicos da época na região. Sobre este movimento, o historiador afirma:

O ruralismo pedagógico tinha vinculação com a política de interiorização e conquista do território brasileiro pelo governo e suas instituições. Um marco desse projeto foi a chamada ‘*Marcha para o Oeste*’, lançada em 1938,



‘visando criar condições favoráveis à vida rural, contribuindo, ao mesmo tempo, para incentivar a ida de populações pobres para o interior, além de favorecer a permanência do trabalhador rural no campo’. (LOHN, 1999, p. 46).

Era recorrente, nas reportagens do jornal *A Voz de Chapecó*, o forte apelo aos governantes para que se resolvesse o problema das escolas teutas e ítalas que, mesmo com a proibição, continuavam a funcionar. Principalmente após o ano de 1940, manchetes com o termo “nacionalização” revestiam importância central nas reportagens direcionadas à escola. Denúncias sobre professores considerados estrangeiros que ministravam aulas em outros idiomas, bem como crianças que não compreendiam nenhuma palavra do vernáculo, eram publicadas no jornal com o intuito que as escolas públicas chegassem até a região oeste do estado. O jornal *A Voz de Chapecó* afirmava o seguinte:

Nacionalização - O nosso esforço tem de começar em nossos próprios arraiaes, pela solidificação da comunhão e unificação do pensamento nacional, pela formação de um sentimento comum de construção da alma brasileira, forte pelos elos de afeto, mas também mais intensa pelo sentimento de responsabilidade moral. Vamos fazer ponto aqui porque os nossos patrícios compreenderão que a educação intelectual, moral e física será o meio mais eficiente para o fortalecimento do caráter de cada um. (*A Voz de Chapecó*, Nacionalização, 13 jun. 1941).

Os textos que, em alguns momentos, principalmente no ano de 1939, soaram aos agentes do Estado Novo como críticas ao regime ditatorial, foram simplesmente calados pela censura, o que levou ao fechamento do jornal em setembro e outubro daquele ano. Em dezembro, ao voltar a circular, o jornal *A Voz de Chapecó* insistiu na necessidade da instrução pública como garantia de um futuro considerado “extraordinário” para Chapecó.

Duas reportagens de capa sobre o tema da escolarização chamam a atenção. A primeira, intitulada “Chapecó caracteriza a extensão territorial do município”, apresentava os números relativos às contribuições da região aos “cofres do estado” de Santa Catarina e lamentava, em seu último parágrafo, tratar-se de um território tão proficiente para o progresso, porém sem escolas públicas.

A segunda reportagem, que se destaca pelo título “Da Educação”, analisava um texto publicado na revista *Eu sei tudo*, de 1936, oriunda do Rio de Janeiro, de autoria de um médico brasileiro, Gustavo Armbrust. O texto reportava-se a uma visita que o referido médico fizera à Região Nordeste do Brasil. O profissional da medicina ficara aterrorizado com o analfabetismo da população. Ao regressar da viagem,

impressionado com o analfabetismo generalizado no país, lançou “o fundamento da Cruzada Nacional da Educação”. Aproveitando-se do texto da revista citada, os editores do jornal *A Voz de Chapecó* inferiam, de forma enfática, para o fato de as escolas públicas estarem instaladas sobretudo nos centros urbanos, demonstrando que, no Brasil, o interior ficava à mercê deste projeto de instrução pública. O articulista referia-se ao médico como um “educacionista”, como também destacava os três motivos pelos quais se deveria levar a cabo uma campanha contra o analfabetismo no país. O jornal afirmava o seguinte:

1 – Por sentimento de pudor

O estrangeiro, que nos visita, volta encantado pelas nossas belezas naturais, porém, pessimamente impressionado pela ignorância do povo.

2 – Por um sentimento de compaixão

Milhões de nossos patrícios são infelizes, porque vegetam a sombra da ignorância. Crescem, vivem e morrem na miséria. Alguma instrução, embora pouca, lhes proporcionaria uma existência menos penosa, mais suave, com conforto e bem-estar.

3 – Por um sentimento de patriotismo

O ignorante, o analfabeto é um peso morto; dele nada se pode esperar.

O espírito que ainda não sentiu as luzes do alfabeto é um elemento à disposição do instinto animal, uma energia adormecida a serviço do mal, uma negação de si mesmo.

Ensinar a ler é fazer dessa quantidade negativa uma fonte maravilhosa de utilidade.

Se todos os brasileiros soubessem ler e escrever, outro seria o nosso progresso, outra situação econômica, moral e jurídica. (*A Voz de Chapecó*, Da Educação, 3 dez. 1939, capa).

Ao fazer referência ao discurso emitido por um médico acerca da importância da educação escolar, o jornal *A Voz de Chapecó* recorria ao paradigma da cientificidade, em voga no mundo ocidental desde o século XIX. Stephanou (1999), ao analisar os discursos enunciados por profissionais da medicina nos primeiros anos do século XX, no Brasil, afirma que difundiam o ideário da civilização associado a uma concepção de indivíduo moderno. Tais atributos, em nível coletivo e individual, de acordo com essa perspectiva, seriam obtidos por meio da educação escolar oferecida à população do país. Segundo a mencionada autora:

Alicerçados numa “verdade” científica, socialmente ratificada, os médicos, sobretudo higienistas, reivindicariam a responsabilidade pela organização social e privada dos indivíduos. Não sem resistências, as práticas médicas direcionaram-se no sentido de conduzir todos e cada um a uma sociedade civilizada e saudável. (STEPHANOU, 1999, p. 154).

A difusão em larga escala do discurso da civilização por meio dos jornais brasileiros teve seu início nas primeiras décadas da República. Durante o governo de Getúlio Vargas, todavia, este discurso adquire maior vulto, especialmente nas regiões do país ocupadas por população descendente de imigrantes italianos e alemães, como o oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná. Para Freitas (2002), a presença da escola pública passa a ser identificada como um instrumento necessário para o cuidado do corpo e da alma das crianças. Sobre o saber médico associado ao pedagógico, o autor argumenta o seguinte:

O conhecimento médico era frequentemente absorvido em outros projetos de educação moral. Misturando-se às propostas de entretenimento popular, o cuidado para com a higiene mesclava-se às indicações para o cuidado com a formação de um conjunto sólido de ideais, princípios e responsabilidades por parte de cada criança. (FREITAS, 2002, p. 353).

Reforçando que “as verdades precisam ser divulgadas”, os articulistas à frente do jornal *A Voz de Chapecó* solicitavam à população leitora do periódico que as palavras fossem “[...] repetidas, decoradas, espalhadas. O jornal não deve ser destruído. Quem souber ler, leia para os analfabetos”<sup>9</sup>: a escola pública era uma necessidade para toda a população.

9 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 22 ed., 22 mar. 1939. Da Educação.

## DA NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO INTELLECTUAL E MORAL PARA AS CRIANÇAS

O início dos anos de 1940 pode ser caracterizado como um período direcionado à nacionalização da escola em termos pedagógicos e geográficos por meio das políticas implementadas pelo governo de Getúlio Vargas como uma bandeira do período ditatorial. A escola, no período em destaque, era o lugar privilegiado para a formação de uma geração que poderia garantir o progresso do país, que caminhava para a industrialização. Na região oeste de Santa Catarina, uma parcela significativa da população infanto-juvenil trabalhava nas pequenas propriedades rurais nas lides da lavoura ou da criação dos pequenos animais (galinhas, porcos etc.). No universo urbano, meninos e meninas também trabalhavam em serviços domésticos, em atividades comerciais ou, ainda, em empresas madeireiras que existiam na região (PETROLI, 2008). Os que não se encaixavam no mundo do trabalho eram denunciados pela imprensa (LAZAROTTO, 2010). Universalizar a educação escolar significava convencer os adultos que o “progresso” dos indivíduos e da região seria garantido pela iniciação das crianças no universo do letramento. A imprensa, nessa época, foi um instrumento de importância ímpar nesse processo de transformação social almejado pelo regime (CAMPOS, 2012).

A reportagem “Educação moral infantil”, publicada na edição de 25 de junho de 1939, do jornal *A Voz de Chapecó*, fazia menção às “sábias” palavras do professor paulista Cezar Pietro Martinez, que dirigira a instrução pública do estado vizinho, o Paraná. O artigo afirmava que o “[...] homem é suscetível de três educações: a educação física, moral e a intelectual”. Essas palavras acompanharam o protesto do jornal em prol das escolas públicas e apareceram nas três edições seguidas do periódico. Lê-se, na referida reportagem, o seguinte:

Ao Estado, isto é, aos Governos, como legítimos representantes do povo, está afeta a educação intelectual da infância; a eles cabem todas as responsabilidades pelo futuro dos homens e mulheres de amanhã, sujeitos mesmo às críticas severas dos seus concidadãos, se deixarem de tomar as providências indispensáveis, que a classe infantil carece para a sua formação intelectual. (*A Voz de Chapecó*, Educação Moral Infantil, 25 jun. 1939).

Nessa matéria, que ganhou a segunda página inteira do jornal, seu redator abordou a necessidade da instrução pública para preencher o considerado vazio na formação das crianças. O articulista admitia, ao mesmo tempo, que concernia à família a responsabilidade pela educação dos infantes no plano da moral. No âmbito da família, as mulheres apareciam como figuras centrais nesse processo, ou seja, como responsáveis pela maternagem nos primeiros anos de vida de filhos e filhas e, depois, pela socialização no âmbito da cultura. Martins (2008, p. 153) afirma que este discurso foi divulgado no Brasil, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, por meio de estratégias articuladas que produziram o “mito da mãe perfeita”.

*A Voz de Chapecó*, além de caracterizar o Estado como responsável pela educação intelectual das crianças, enfatizava que de nada adiantaria a instrução pública, ou seja, a escola, se os infantes não recebessem, no “aconchego do lar”, pelas carícias e pelo exemplo de virtude das mulheres, a educação moral. Com um discurso de alerta, o jornal afirmava que se a mãe não cumprisse com seu “dever maternal” e, porventura abandonasse as normas dignificadoras, tornarseia “corrupta”, fornecedora de “maus exemplos” e a consequência seria a dissolução do lar<sup>10</sup>. A partir desta narrativa, no período em destaque, a norma familiar burguesa começou a nortear a construção do discurso da maternidade, associando as mulheres à educação das crianças (AREND, 2011).

Na mesma reportagem, o jornal afirmava:

Os bons exemplos, os conselhos diários, a honradez, os sentimentos nobres, o respeito a Deus, o amor filial de concepção ao belo, ao agradável, a religião, de esperança, enfim, são complementos da moral, entregues

10 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 25 jun. 1939. Educação moral infantil.

ao coração materno para que transmita aos filhos, afim de que vão amanhã em busca da educação intelectual nas escolas, sob os cuidados do Estado. O desleixo de uma e outra educação – moral e intelectual – é um crime imperdoável. (*A Voz de Chapecó*, Educação Moral Infantil, 25 jun. 1939).

Na semana seguinte, agora nos inícios do mês de julho de 1939, a matéria sobre a necessidade de educar as crianças a partir de preceitos físicos, morais e intelectuais, ganhava o seguinte título: “Educação intelectual da criança”. Dando continuidade ao assunto da semana anterior, a reportagem enfatizava novamente os preceitos da norma familiar burguesa como necessários para que a instrução escolar obtivesse maior êxito. Com ênfase na formação virtuosa da criança, o discurso jornalístico atrela a educação moral à educação intelectual, considerando-a garantia da formação de um “bom” caráter nos meninos e meninas. Enfatizando que a criança, por seus “modos irrequietos, tão naturais à idade, demonstra propensão para coisas boas e más”, a matéria afirmava ser necessário que os pais ficassem atentos, principalmente à segunda, que exige “ensinamentos especiais e continuados”, e que dessem conta de mostrar com “[...] fatos a perniciosidade das más ações, dos defeitos, da tristeza que poderão trazer no futuro os vícios, muito principalmente o da embriagues, do fumo, do jogo [...]”<sup>11</sup>.

11 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 2 jul. 1939. Educação moral infantil.

Chamando a atenção para os problemas sociais comuns à época, como resultado da inexistência de educação moral e intelectual da criança, o jornal *A Voz de Chapecó* procurava caracterizar os resultados de uma infância considerada não educada:

Mister se torna mostrar-lhes com palavras simples, convincentes, que o vício da embriagues trará como consequência a facilidade para as más ações, para o crime, o aborrecimento e infelicidade para a família, e desgraça ao próprio viciado; o jogo arrasta a miséria, ao descredito; o fumo atrofia as faculdades mentais, faz mal, intoxica, mata, porque o organismo ainda em desenvolvimento não poderá suportar tão grandes vícios em corpos tão pequenos, ainda em formação; que o desrespeito aos velhos, aos aleijados, aos infelizes provoca o ódio, a raiva, o mau juízo de todos os que presenciam tal proceder das crianças. (*A Voz de Chapecó*, Educação moral infantil, 2 jul. 1939).

Segundo o periódico, sem os ensinamentos morais, as crianças não se tornariam virtuosas. “Fora desse caminho encontra-se a maldade, a perversidade, o repúdio da sociedade, que o despreza e foge da sua aproximação”<sup>12</sup>. Desse modo, as crianças virtuosas eram as que recebiam a educação moral e intelectual.

12 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 2 jul. 1939. Educação moral infantil.

A evidência de que a criança ideal deveria trazer consigo uma bagagem de ensinamentos morais e intelectuais ficou visível na reportagem intitulada “Vandalismo”, em que o jornal fazia referências a uma configuração de família caracterizada como fora dos princípios da norma familiar burguesa. A matéria, publicada em 23 de junho de 1941, relata que indivíduos “inspirados em puro espírito de fazer o mal danificaram canteiros da praça na cidade”. Referindo-se ao ato como “verdadeiro vandalismo, praticado por vagabundos”, o jornal informava que o tenente Pedra Piões, delegado especial de Chapecó, já suspeitava que os autores deste “ato de maldade, de estupidez e de perversidade” teriam sido “menores, filhos de família”.

Ao mencionar que os “menores” eram filhos “de família”, o jornal prosseguia culpando os pais das crianças e jovens por tal atitude, tendo em vista a seguinte afirmação:

Em grande parte os paes são os responsáveis, porque em lugar de obrigarem seus filhos a ficarem em casa, lendo, estudando ou fazendo alguma coisa, permitem que andem à noite na rua em plena vagabundagem. Lembramos ao sr. Tenente Delegado de Polícia a conveniência de estabelecer um policiamento mais enérgico, afim de remediar esses males e evitar outros. (*A Voz de Chapecó*, Vandalismo, 23 jun. 1941).

Retornando à reportagem sobre a educação intelectual das crianças, o jornal afirmava que “[...] os *paes* que deixarem de ministrar ensinamentos de moral aos filhos, são perversos e tiranos”. Terminava essas linhas parafraseando o filósofo chinês Confúcio: “Com a educação moral infantil, poderemos ver a incapacidade de nossos filhos para a ciência, porém incapazes de virtude, nunca. A educação moral infantil é uma obrigação dos pais, dos responsáveis perante os filhos, a sociedade e Deus!”<sup>13</sup>.

Percebe-se que garantir a educação moral através da família, argumento presente no discurso jornalístico, se atrelava à consolidação da imagem de uma infância ideal que deveria estar na escola, considerando-se a educação intelectual um “complemento” que vinha integrar a formação individual. Com este discurso, a matéria jornalística do dia 9 de julho de 1939 concluía que a instrução pública, entregue aos cuidados do Estado, era necessária para completar a formação das crianças em uma nação civilizada<sup>14</sup>.

A última matéria jornalística relativa à educação intelectual de meninas e meninos, além de chamar a atenção para a necessidade de o Estado garantir um professorado para a alfabetização da população, fazia referência aos centros considerados civilizados em que as crianças, por contato direto com pessoas cultas, possuiriam, pelo convívio, certo desenvolvimento intelectual. Pode-se ler, a partir destes argumentos, que a frequência à escola, ambiente em que, diariamente, o “[...] professorado, depois de

13 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 2 jul. 1939. Educação moral infantil.

14 *A Voz de Chapecó*. Chapecó, 9 jul. 1939. Educação intelectual infantil.

15 Idem.

praticar um estudo psicológico da criança, vai paulatinamente ministrando-lhe os ensinamentos de conformidade com a propensão de cada uma [...]”<sup>15</sup>, seria o caminho que devia ser percorrido para concretizar o projeto de civilidade e progresso tão almejado pelos articulistas de *A Voz de Chapecó*, porta-vozes dos interesses dos colonizadores, no período estudado.

Popkewitz e Bloch (2000), ao analisar as práticas discursivas sobre as crianças a partir do século XIX, destacam que as estratégias de administração social foram buscar nas ciências os elementos de racionalidade que lhes permitiam governar a individualidade das crianças. Para os referidos autores:

[...] as escolas deveriam moldar o carácter das crianças e da família. Novos regimes de controle do corpo (higiene científica) e do intelecto (literacia, matemáticas), bem como a inculcação de hábitos de virtude na infância, tinham por objectivo gerir, disciplinar e articular a formação do carácter, quer nas crianças, quer nas famílias. (POPKEWITZ; BLOCH, 2000, p. 39).

Tornar a cidade de Chapecó “civilizada” significava ter suas crianças, desde pequenas, em bancos escolares. Ficou evidente, da leitura das reportagens do jornal *A Voz de Chapecó*, que a escola seria um dos meios de “salvar” a população da localidade do atraso, pois, para os redatores do jornal, “[...] a escola existe e existirá sempre, para iluminar os cérebros da criança, impulsioná-la na senda dignificadora da inteligência<sup>16</sup>”.

16 Idem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos políticos, na década de 1940, anunciavam, através da imprensa, o projeto de “salvar” o Brasil por intermédio da educação de filhos e filhas da pátria. As iniciativas lideradas por Getúlio Vargas, direcionadas à educação, foram tensionadas a partir dos discursos pedagógicos que emergiam naquele momento. O ideário de que a educação escolar poderia garantir uma nova sociedade brasileira inflamava os discursos dos intelectuais e jornalistas.

Neste artigo, procuramos demonstrar como esse processo foi percebido na região oeste do estado de Santa Catarina. No caso estudado, os jornalistas reivindicavam escolas públicas para a região, bem como preconizavam a importância da educação intelectual e moral das crianças, realizada por meio da escola e da família. As fontes documentais sinalizaram, durante o período estudado, como se produziam as relações entre adultos e crianças e, principalmente, como a escola se tornou lugar privilegiado para “civilizar” a infância.

Problematizar a história a partir desses elementos lança no tempo presente indicadores de como podemos

pensar a infância a partir de um *outro* olhar, considerando a escola não como espaço de conformação e modelação do sujeito, mas como “espaço privilegiado” de ser criança.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. Alunos e Educação na imprensa diária portuguesa. In: PONTE, Cristina. **Crianças e jovens em notícias**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. p. 103-117.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A imprensa periódica e a construção da infância na província do Paraná (1854-1889). **Projeto História**, São Paulo, n. 55, p. 246-284, jan./abr. 2016.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Histórias de abandono**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174.

BOBBIO, Norbert. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto- EDUSP, 1988.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 373-408.

\_\_\_\_\_. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 395-415.

CUNNINGHAM, Hugh. Histories of Childhood. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 103, n. 4, p. 1195-1208, 1998.

DARNTON, Robert. Introdução. In: ROCHE, Daniel (Org.). **Revolução Impressa**: a Imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996. p. 15-17.



FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SALES, Zeli E. Santos de. Escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 245-266.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina. 2002. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAS, Marcos Cezar de. Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: \_\_\_\_\_; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 345-372.

HONORATO, Tony. Institución escolar y cultura en la civilización moderna. In: ORCE, Victoria; KAPLAN, Carina Viviana. **Poder, prácticas sociales y processo civilizador**: los usos de Norbert Elias. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2009. p. 109-116.

LAZAROTTO, Aline Fátima. **A infância na imprensa escrita em Chapecó-SC – 1939-1979**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina**. Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 41-60.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2008.

MODESTI, Tatiana. **A escola pública primária em Chapecó (1930-1945)**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011a.

\_\_\_\_\_. As escolas isoladas no oeste catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: CBHE, 2011b.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão**. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 35-47.

PETROLI, Francismar Ilha da Silva. **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade” (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

POPKEWITZ, Thomas S.; BLOCH, Marianne. Construindo a criança e a família. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Ed.). **A difusão mundial da escola**. Lisboa: EDUCA, 2000. p. 33-68.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 83-111, 2010.

SILVA, Marijâne Silveira da. **A infância e sua escolarização nas pátinas dos jornais cuiabanos (1910-1930)**. 2015. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

STEPHANOU, Maria. Governar ensinando a governar-se: discurso médico e educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pesquisa em História da Educação**: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HC Edições, 1999. p. 153-168.

VASCONCELLOS, Tânia Mara Pereira. **Educar, civilizar e catequizar a infância**. A escola paroquial de Serrote (Sertão da Bahia, 1940-1957). 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola de Alma Branca: o direito biológico à educação no movimento da Escola nova. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. Spe., p. 123-150, set. 2000.

VIDAL, G. Diana. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 497-517.

*Jornais utilizados*

A Voz de Chapecó. Chapecó, 1939.

A Voz de Chapecó. Chapecó, 1940.

A Voz de Chapecó. Chapecó, 1941.

Recebido em: 16/07/2018

Aprovado em: 13/09/2018

Publicado em: 31/12/2018